



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1007096-10.2017.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante: João Carlos Tagliatella Custódio, José Eduardo Tagliatella Custódio e Maria Thereza Tagliatella Custódio  
 Inventariado: Oliveira Custódio

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 88/98. As certidões negativas constam dos autos.

O MP manifestou aquiescência com o plano de partilha, conforme parecer de fls. 158. As custas processuais (incidentes sobre a herança e não compreende o valor da meação). Prazo: 10 dias. Expeçam-se MLs de 50% dos depósitos judiciais para auxiliar no recolhimento das custas. Os outros 50% são da viúva-meeira e curatelada e deverão ser transferidos à ordem deste juízo para o procedimento de curatela, cujos dados constam da cópia da sentença encartada nestes autos, valendo esta como ofício ao Banco do Brasil S/A, agência 5965-X, para essa finalidade.

**HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls.88/98 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**), autorizando os herdeiros a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxis.

O Fisco Estadual receberá senha para ter pleno acesso a estes autos. O lançamento administrativo do ITCMD não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**